

# RESOLUÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O 69º CONEG DA UNE

Na primeira década do século XXI, junto a toda América Latina, o Brasil construiu uma contínua agenda progressista, fazendo com que fossem criadas as principais políticas educacionais que ampliaram significativamente o número de vagas no ensino superior brasileiro, mas que também democratizaram o acesso da universidade às classes populares, alterando profundamente o perfil universitário no país, foram elas: o ProUni, o Novo Fies, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Novo Enem, o Sistema de Seleção Unificado (SISU), e a mais significativa de todas, a Lei de Cotas.

Essas transformações possibilitaram o crescimento da rede educacional no país, incidindo sobretudo no papel da universidade no enfrentamento das desigualdades regionais, no compartilhamento de saberes e no diálogo entre as instituições de ensino superior e as comunidades locais, em especial com o fortalecimento da pesquisa e da extensão universitária. Estas mudanças no ensino superior impactaram profundamente a educação brasileira, desde a educação básica à pós-graduação, reabrindo o debate sobre o papel e o sentido da universidade brasileira no desenvolvimento social e nacional, sobretudo no enfrentamento às desigualdades profundas de nosso país.

A mudança no papel do Estado, ocorrida a partir do Golpe de 2016, impossibilitou que houvesse um amadurecimento estratégico sobre o papel da universidade brasileira no desenvolvimento nacional, e a necessária democratização da estrutura de poder universitária, herdada desde a Ditadura Militar e mantida durante os governos neoliberais da década de 90. O descompasso entre a ampliação e democratização do acesso e uma estrutura ainda calcada em bases conservadoras e autoritárias retomam à nova geração do movimento estudantil a centralidade em repensar os fundamentos das instituições de ensino superior brasileiro. Como nos aponta Florestan Fernandes, pensar a Reforma Universitária é sobretudo “refletir, cultural, pedagógica e politicamente, em termos do último quartel do século XX – romper com o passado e pensar criadoramente no futuro que não foi criado, mas, não obstante, ser o nosso ponto de partida. As ideias e as soluções que foram postas e condenadas como ‘subversivas’: elas são o verdadeiro elo entre passado, presente e futuro”.

O legado de Bolsonaro é um país em frangalhos. Fome, desindustrialização e financeirização da economia, desemprego e desmonte total do Estado nacional brasileiro, principalmente da educação, da ciência e da pesquisa. Em meio a uma das maiores crises sanitárias, sociais e econômicas que nosso país já viveu, as Universidades tiveram que resistir para continuarem existindo. Mesmo sob constantes cortes de verbas, intervenção em sua autonomia e ausência do MEC na coordenação desta crise, as instituições de ensino não pararam em nenhum momento na sua missão de, por meio da ciência e da tecnologia, encontrar saídas para este quadro. Com as pesquisas para o desenvolvimento da vacina e de diversas medidas de combate à Covid-19, produção e doação de equipamentos aos hospitais e até mesmo o atendimento direto à população através dos hospitais universitários, as universidades mostraram sua importância para a nação neste momento tão adverso.

O desmonte de Bolsonaro na educação é um ataque central ao desenvolvimento e à soberania nacional. A sua agenda entreguista e neoliberal tinha como objetivo erodir os principais pilares de sustentação de um projeto de desenvolvimento nacional, como já nos apontava Anísio Teixeira. Acreditamos que assim deve ser neste processo de reversão de todos os males de quatro anos sob a direção do neofascismo entreguista, a universidade e educação como centro do projeto de reconstrução nacional.

O novo ciclo político que o Brasil vive, sob o governo Lula, nos dará a possibilidade de enfrentar as enormes mazelas que vivemos na educação e posicionar a Universidade no centro do projeto nacional de desenvolvimento que aponte para uma educação que seja popular, gratuita, democrática e qualidade socialmente referenciada. Os desafios são enormes, mas com a mobilização dos estudantes iremos reverter o desmonte nesta área. Por isso, visamos a construção de uma nova Universidade orientada a produzir um conhecimento que vise implicar na melhoria da vida do povo e atuar socialmente na formação de quadros técnicos, científicos e humanistas numa visão estratégica dedicada a garantir independência nacional e desenvolvimento soberano e emancipação do povo. Pintar a universidade de povo significa contribuir para uma transformação radical da estrutura acadêmica universitária tradicional e eurocêntrica, no sentido de formular e

desenvolver mecanismos nas políticas públicas que contemplem a realidade do povo brasileiro.

A bandeira por mais recursos para educação é uma luta histórica da UNE. Nós que já conquistamos o compromisso de investimento dos 10% do PIB e do Pré Sal para educação, tivemos que conviver nos últimos 6 anos sob a agenda neoliberal. O teto de gastos e o governo Bolsonaro levaram a uma crise orçamentária das Instituições Federais de Ensino Brasileiras. Mesmo no apagar das luzes, seu governo não deixou de cumprir sua agenda de ataque ao conhecimento, produzindo um atraso no pagamento das bolsas de mais de 100 mil pesquisadores e forçando universidades a encerrarem seu ano letivo mais cedo, o que só foi revertido com a nossa luta.

A participação da UNE no Fórum Nacional Popular de Educação, fórum este organizado pós decreto da portaria 5777 de 2017 que retirou entidades históricas do movimento educacional do Fórum Nacional de Educação, teve grande importância na defesa contra os ataques à educação em unidade com outras entidades como a CNTE, FASUBRA, CONTEE, ANPED, entre outras. Agora com a restituição do Fórum Nacional de Educação nos moldes antes do Golpe de 2016, temos a tarefa de conduzir junto às outras entidades da educação, um longo debate acerca da Reforma Universitária, Plano Nacional de Educação que está colocado para o ano que vem, a construção do Sistema Nacional de Educação, a Lei de Cotas e o PNAES como lei.

Se dissemos que a Universidade é central no processo de reconstrução nacional e que esta precisa garantir acesso e permanência aos mais pobres para ser verdadeiramente democrática, não podemos desconsiderar que o financiamento é o centro para que este projeto funcione. Por isso, é fundamental nos mobilizarmos de maneira intensa nas ruas, nas redes e nas articulações institucionais com amplos setores da sociedade para que tenhamos um orçamento para educação do tamanho dos desafios das universidades. Para além disso, é essencial uma nova estruturação pautada no quadripé universitário (ensino, pesquisa, extensão e permanência) que permitirá colocar como questão inescapável para universidade pública, não somente a manutenção dos estudantes nesse espaço, como a continuidade das transformações que possibilitam uma universidade cada vez mais

popular e que tenha verdadeiramente a cara do Brasil. Visto isso, é necessário garantir a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil como Lei Federal, incluindo estudantes das universidades públicas e privadas, a fim de garantir que as políticas de assistência e permanência estudantil sejam asseguradas e blindá-las de ataques de eventuais governos que queiram - com uma simples canetada - acabar com esses projetos que são importantíssimos para manter o estudante dentro da universidade. É importante lutar por um PNAES que seja aplicado de forma equitativa, as disparidades em como o recurso é aplicado são um problema que gera desigualdades entre as instituições de ensino superior, onde devemos contribuir sistematicamente para solucioná-lo e transformar o PNAES em lei faz parte desse processo.

Ademais, buscando a todo tempo deslegitimar o papel das universidades públicas e seu modelo, o governo Bolsonaro tomou medidas que vão completamente na contramão de um projeto de universidade democrática. Segundo a Frente Nacional de Luta pela Autonomia e Democracia nas Instituições Federais de Ensino Superior, composta pelos reitores e vice-reitores não empossados de todas as instituições federais de ensino (IFEs), além de entidades sindicais e do movimento estudantil, ao fim de 2022 cerca de 20 instituições federais de ensino entre universidades, institutos e centros federais estão sob intervenção no país, ou seja, os reitores nomeados pelo governo federal não haviam sido democraticamente eleitos pela comunidade acadêmica. Diante desse cenário, a UNE protagonizou a luta contra as intervenções nas federais, conseguindo inclusive vitórias importantíssimas para a democracia universitária como no IFRN onde em dezembro de 2020, depois de muita mobilização e vitória na justiça, o Reitor eleito foi empossado.

A autonomia universitária é um dispositivo garantido pela Constituição assentada no tripé da autonomia financeira, administrativa e liberdade de cátedra. Isto é uma conquista firmada após centenas de anos de existência de universidades no mundo inteiro, para que o ensino e a pesquisa não sejam submetidas aos governos vigentes e possam, dessa maneira, assegurar seu caráter livre e garantir o progresso e o desenvolvimento econômico e social sob qualquer regime. É bem verdade que essa autonomia sempre enfrentou dificuldades, principalmente pelo motivo de os investimentos estarem ligados a uma atribuição discricionária dos

governos. Tudo isso compõe uma grande ameaça ao pensamento crítico e é tarefa da UNE permanecer na linha de frente em defesa da autonomia universitária. Precisamos aproveitar os novos ares democráticos do Brasil e acabar de vez com a lista tríplice. Defendemos que seja regulamentado o artigo da constituição que trata sobre autonomia universitária, no sentido de garantir que o reitor eleito pela comunidade acadêmica seja empossado.

Bem como a autonomia política e financeira, a democratização da universidade perpassa, também, as políticas de acesso. Por isso, após 10 anos de implementação da lei de cotas, como política de ação afirmativa. Devemos ter na agenda prioritária da UNE, a luta pela manutenção e ampliação das políticas afirmativas no país, por meio das cotas, com a inclusão da pós-graduação e o acesso imediato a políticas de permanência, para buscar corrigir a exclusão social, combater o racismo estrutural, garantir a presença e a representatividade das juventudes em todos os espaços. Defendemos também a aplicação de cotas para trans e travestis, como já existe em algumas universidades. Para isso, é fundamental a criação de comitês de mobilização em defesa das cotas em todas as universidades do Brasil.

Além disso, a universidade brasileira é estruturada na tríade ensino-pesquisa-extensão. Apenas com esses três em pleno funcionamento, vamos conseguir alcançar a função social da universidade que é contribuir para o desenvolvimento regional e nacional. Partindo do princípio que a educação superior é responsável por mais de 80% da ciência produzida no Brasil, através de milhares de estudantes de iniciação científica. De norte a sul do país, temos jovens produzindo ciência da mais alta qualidade, a partir de um dos maiores programas de iniciação científica do mundo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). No âmbito da extensão universitária, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o programa de Residência Pedagógica, ambos suportados pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES). Estas ações integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, durante seu

curso, das quais são fortemente afetadas por projetos como a Reforma do Ensino Médio, a qual precisa ser imediatamente revogada.

Ambos sofreram com políticas de desmonte durante os últimos quatro anos, tendo inclusive os bolsistas do PIBID e da Residência Pedagógica, ficando sem receber suas bolsas em 2021 por cinco meses, sendo a UNE a garantir com muita luta nas ruas e no Congresso Nacional o pagamento das mesmas. Agora, no início desse novo ciclo, conquistamos o reajuste dessas bolsas, que desde 2013 não tinham seus valores aumentados, fruto de uma intensa luta das entidades estudantis.

Para mais, o Ensino Superior Privado concentra cerca de 75% das matrículas no país e por isso merece atenção especial. Apesar da ampliação das políticas de acesso nas universidades públicas, é nas instituições privadas que as camadas populares mais marcam presença, seja pagando altas mensalidades, seja através do FIES ou ProUni. Grandes problemas imperam nesta modalidade de ensino: baixa qualidade e altas mensalidades, o que ocasiona altos índices de evasão. Para garantir a existência de critérios de qualidade e de garantia de direitos aos estudantes, além de uma forte orientação social, é fundamental que a UNE intensifique a luta pela regulamentação das universidades privadas, avançando nas lutas, como o fim dos 40% online em cursos presenciais e os aumentos abusivos de mensalidades. Além disso, está cada vez mais perceptível o surgimento de grandes conglomerados educacionais que atuam em busca do lucro e não possuem compromisso com a qualidade do ensino ofertado, ocasionando inclusive na demissão em massa de professores. A educação não pode estar ligada à lógica de mercado.

O sucateamento das universidades públicas durante o governo Bolsonaro proporcionou a expansão do ensino superior privado. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), dos 8,6 milhões de estudantes registrados pelo Censo da Educação Superior de 2021, mais de 6,9 milhões estão na rede privada, ou seja, 77% dos estudantes no ensino superior estão nas instituições particulares e 87,6% das instituições de educação superior são privadas.

O novo ciclo político que o Brasil vive, sob o governo Lula, além de representar uma vitória da democracia, nos dará a possibilidade de enfrentar as enormes mazelas que vivemos na educação e posicionar a Universidade no centro do projeto nacional de desenvolvimento. Os desafios são enormes, mas com a mobilização dos estudantes iremos reverter o desmonte nesta área.

A UNE historicamente defendeu a bandeira da Reforma Universitária, seja como um processo de modernização da estrutura universitária, tendo como referência um projeto de desenvolvimento, centrado na industrialização do país, mas também como uma das “reformas de base” fundamentais no enfrentamento as grandes mazelas sociais provocadas pelo subdesenvolvimento nacional, num processo de transformação radical da sociedade brasileira.

Hoje a tarefa da UNE é qualitativamente diferente dos debates protagonizados pelas gerações anteriores. É preciso colocar a educação e a universidade brasileira no centro da reconstrução do Brasil, debatendo os grandes temas nacionais que afligem a vida do povo brasileiro, tais como a reindustrialização, o desenvolvimento sustentável, o respeito aos direitos humanos, o enfrentamento à fome, ao analfabetismo, à miséria e à precarização do trabalho.

Além disso, será tarefa da UNE mobilizar o conjunto das universidades brasileiras para retomar o processo de expansão do ensino superior, democratizando a estrutura universitária e colocando-a a serviço do Brasil e do povo brasileiro, formando quadros técnicos, científicos e humanistas numa visão estratégica dedicada a garantir independência nacional e desenvolvimento soberano e emancipação do povo. Compreendemos este CONEG como o início de um rico e intenso processo de debates sobre a Reforma Universitária, que deverá perpassar o 59º Congresso da UNE, mas que deverá ser tarefa da próxima diretoria da entidade.

Diante desse cenário que nos é colocado, nossa força será a nossa voz, organizando cada vez mais a participação política dos estudantes para construir um movimento estudantil representativo e pulsante, cada vez mais forte e com a cara do povo brasileiro. Queremos um próximo período de reconstrução do nosso país, passando pela garra e pelo suor do nosso povo que carrega consigo a esperança de uma sociedade mais justa, igualitária, sem preconceitos, em que a educação é o centro do projeto de nação. Faremos das nossas universidades um exemplo de lutas e de vitórias para o conjunto da população brasileira.

